

MOVIMENTOS PENDULARES E ACUMULAÇÃO DO CAPITAL*

COMMUTING AND CAPITAL ACCUMULATION

Guilherme Marini Perpetua**

geomarini@yahoo.com.br

RESUMO: a temática da mobilidade tem ganhado relevância especial na era da globalização e dentro dela, destacam-se os fluxos humanos sobre o espaço geográfico, ampliados em densidade, intensidade e ritmo. Parte importante desses fluxos é constituída por trabalhadores que se sujeitam ao deslocamento constante em busca de melhores condições de trabalho e renda. Em síntese esta mobilidade do trabalho tem sido interpretada, partindo de duas principais correntes teóricas: a de base neoclássica e a de base marxista, ambas com distintas acepções de trabalho, mercado e espaço geográfico. Neste artigo voltamos nossa atenção para os movimentos pendulares, uma forma específica de mobilidade do trabalho, e buscamos oferecer nova interpretação sobre eles, entendendo-os como parte essencial da reprodução ampliada do capital que se consubstancia na escala local. Para tanto, serão contrapostas as duas correntes teóricas citadas, a partir do que adotaremos a compreensão marxista de mobilidade e de desenvolvimento espacial, chegando finalmente a um esboço de conceituação a partir da relação entre esses dois elementos e o fenômeno da pendularidade.

PALAVRAS-CHAVE: mobilidade do trabalho; movimentos pendulares; acumulação do capital.

ABSTRACT: *the issue of mobility has gained particular relevance in the era of globalization and within it are highlighted by the human over the geographic space, extended in density, intensity and rhythm. Important part of these flows is made up of workers who are subjected to constant displacement in search of better working conditions and income. In summary this labor mobility has been interpreted using two main theoretical approaches: the basic neoclassical and Marxist base, both with different meanings of work, market and geographic space. In this article we return to our commuting, a specific form of labor mobility, and we aim to offer a new interpretation on them, understanding them as an essential part of the expanded reproduction of capital that is embodied in the local scale. For this, we contrasted the two theoretical approaches mentioned above, from which we will adopt the Marxist understanding of mobility and spatial development, finally reaching an outline of concepts from the relationship between these two elements and the phenomenon of pendulous.*

KEYWORDS: *labor mobility; commuting; capital accumulation.*

* O presente artigo contém a síntese de parte das reflexões teóricas realizadas por ocasião de nosso trabalho de conclusão do curso de bacharelado em geografia da FCT/UNESP, orientado pelo Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior e apresentado em novembro de 2010, sob o título “*A mobilidade espacial do trabalho e o desenvolvimento desigual e combinado do território em escala local: estudo de caso dos municípios de Presidente Prudente-SP e Álvares Machado-SP*”.

** Aluno do curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), bolsista CAPES e membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

*“A nossa natureza consiste em movimento;
o repouso completo é a morte.”*
Blaise Pascal

*“Espaço é curto, quase um curral
Na mochila amassada uma vidinha abafada
Meu troco é pouco, é quase nada (...)
Era o rodo cotidiano.”*
O Rappa

INTRODUÇÃO

A mobilidade foi sempre, em qualquer período e em todas as sociedades, uma característica inerente à vida humana. Por motivos os mais diversos, em todos os modos de produção pretéritos os homens foram compelidos a deslocar-se sobre o espaço geográfico; em nenhum deles, no entanto, tal mobilidade assumiu centralidade e tamanha importância como no capitalismo.

Não somente os homens passaram a movimentar-se em ritmo crescente com a emergência do sistema do capital, mas tudo (matérias-primas, mercadorias, informações, dinheiro, capitais, etc.) o que compõe um processo produtivo em que a circulação representa uma das esferas constitutivas. Naturalmente, este fato decorre da tendência imanente ao próprio sistema de especialização e fragmentação da produção e, por conseguinte, do próprio trabalho, num processo multifacetado, contínuo e sempre

crescente de divisão social, técnica e territorial do trabalho (SMITH, 1988).

Contudo, o período atual testemunha uma intensificação brutal dessa mobilidade, fazendo da aceleração vertiginosa da velocidade e do aumento da quantidade dos fluxos (materiais e imateriais) um dos traços mais marcantes do espaço geográfico da contemporaneidade.

Na raiz desse complexo fenômeno estão sem dúvida as transformações decorrentes da introdução de tecnologias de base microeletrônica aos sistemas técnicos e as novas formas de organização da produção e do trabalho, no bojo do processo de reestruturação produtiva experimentado pelo capitalismo a partir das décadas de 1960/1970 (ANTUNES, 1999), bem como a expansão das redes como forma específica de organização do espaço que, como afirmou Dias, trouxe novas complexidades ao processo histórico, fazendo emergir “as qualidades de instantaneidade e simultaneidade” (1995, p. 147) tão características da globalização atual.

Para Moreira (2000), a transição entre períodos técnicos provocada pela reestruturação foi responsável não apenas pela retomada das taxas de acumulação afetadas pela crise, mas também pela alteração da própria esfera de referência central da economia capitalista, que se

deslocou da esfera da produção para a esfera da circulação, que passa a ser a nova batuta do ordenamento sócio-espacial. Poderia acrescentar Santos (1996, p. 233-241) a esse respeito, que tem se desdobrado no espaço um processo de mão dupla que reduz às áreas necessárias a produção e, concomitantemente, amplia aquelas voltadas ao consumo e, sobretudo, a circulação. Em uma palavra, sintetiza o autor: vivemos um verdadeiro *frenesi* da circulação, tomada como um fator de acumulação (SANTOS, 1994) no interior do sistema do capital.

Nesse contexto, a temática da mobilidade ganha relevo especial e passa a ser inequivocamente “um dos fenômenos mais importantes da sociedade contemporânea”, exigindo novas leituras que transcendam a idéia de mera mensuração de fluxos ou dos deslocamentos físicos (MARANDOLA JR., 2008, p. 199).

Neste artigo, nos propusemos a desenvolver algumas reflexões acerca de uma das faces do fenômeno da mobilidade que também tem se intensificado paulatinamente: a mobilidade dos próprios homens no transcurso do seu cotidiano, buscando dar a ela uma nova significação. Para tanto, trataremos dos *movimentos pendulares* de trabalhadores, um tipo específico de mobilidade populacional que envolve deslocamentos diários (de partida

e de regresso) de trabalhadores entre um município de residência e outros municípios, sob um prisma essencialmente geográfico.

A mobilidade espacial do trabalho tem sido assunto recorrente em diversos estudos no âmbito da Geografia, da economia e de outras ciências sociais, com enfoques teóricos distintos. Para as finalidades desse artigo, distinguimos entre duas correntes antagônicas as quais têm se filiado os estudiosos deste fenômeno: de um lado a que tem por base a economia neoclássica (ou economia pura) e de outro, a que está fundamentada no materialismo histórico marxista. Muito embora a análise explícita da mobilidade tenha sido mais comum a primeira corrente, podemos encontrar uma rica explicação para este fenômeno na economia política marxista, donde extraímos os alicerces de nossa argumentação.

Nosso objetivo neste breve ensaio é oferecer outra interpretação do fenômeno da pendularidade, uma leitura crítica em que ele comparece como parte da reprodução ampliada do capital. Para tanto, buscaremos articular as acepções marxistas de mobilidade do trabalho e de desenvolvimento espacial, tendo em vista oferecer uma análise que seja capaz de desvendar os significados que subjazem por trás de um fenômeno tão ubíquo e aparentemente corriqueiro. Ao final desta

empreitada, ousaremos sugerir um esboço conceitual que poderá servir como base para novos debates e reflexões teóricas acerca deste tema.

OS MOVIMENTOS PENDULARES

A temática da mobilidade humana prende a atenção dos geógrafos desde há muito e indubitavelmente é digna de perscrutação pelos estudiosos da ciência geográfica. Nos estudos da população, a compreensão das causas, da natureza, do ritmo e da intensidade dos deslocamentos pode trazer pistas fundamentais para o desvendamento de uma ampla gama de fenômenos essencialmente geográficos. De fato, os estudos populacionais empreendidos no âmbito da Geografia diferenciam-se dos da Demografia, especialmente em razão da orientação de sua perspectiva analítica, que têm como foco a espacialização dos fenômenos (MOURA; CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI, 2005 p. 123). Assim, não é difícil compreender os motivos que fizeram com que o tema das migrações ganhasse espaço reservado nos compêndios de Geografia Humana escritos por nomes de destaque da escola tradicional.

Porém, há que se estabelecer uma importante pontuação, com vistas a

diferenciar tipos distintos de movimentos populacionais. Os parâmetros principais para estas diferenciações residem, pois, na duração dos deslocamentos e em sua escala de abrangência, de modo que somente aqueles que implicam a mudança permanente do local de residência dos indivíduos podem ser chamados de *movimentos migratórios*, como o delimitado por Carvalho e Rigotti (1998, p. 211). Há, entretanto, movimentos populacionais que não implicam tal mudança, como os temporários, sazonais, de populações nômades e finalmente, *os movimentos pendulares*, que figuram como objeto central do presente artigo.

Esse tipo de movimento populacional ocorre, via de regra, na escala urbana ou regional e tem por contexto temporal o cotidiano dos indivíduos. São deslocamentos comuns em muitos centros urbanos, sobretudo de grande e médio porte, e têm se tornado, atualmente, cada vez mais freqüentes.

Em busca de encontrar a satisfação de demandas básicas como trabalho, estudo, consumo, etc. muitas pessoas são impelidas freqüentemente a transpor os limites territoriais do município em que residem. Quando isso ocorre diariamente elas estão realizando movimentos pendulares, que podem ser definidos como deslocamentos de pessoas “entre o município de residência e outros

municípios, com finalidade específica” (MOURA; CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI, 2005, p. 124).

Os movimentos pendulares são uma face específica do fenômeno da mobilidade humana que têm ganhado relevância cada vez maior na contemporaneidade, já há algumas décadas em regiões metropolitanas e mais recentemente também naquelas que são polarizadas por cidades médias. Obviamente, como indicou Aranha (2005, p. 96), este fato está associado ao avanço do processo de urbanização, acentuado no Brasil, sobretudo nas últimas décadas do século passado e início deste século e ao desenvolvimento, expansão e barateamento dos meios de transporte, que permitiram maior acessibilidade a áreas urbanas circunvizinhas. Além desses aspectos, Moura, Castello Branco e Firkowski (2005, p. 121), salientam que na atualidade verifica-se a ocorrência de um aumento significativo das distâncias entre local de origem e de destino desses deslocamentos.

Para termos uma idéia da amplitude deste tipo de fenômeno no presente contexto, convém mencionarmos alguns dados que dizem respeito à quantidade de pessoas que realizavam atividades básicas em outros municípios que não os que residiam no ano de 2000. De acordo com o censo demográfico do IBGE para o

referido ano, 7,4 milhões de brasileiros trabalhavam ou estudavam em municípios diferentes daqueles no qual residiam (ARANHA, 2005, p. 96).

Aos planejadores públicos, a análise dos movimentos pendulares tem se apresentado como importante chave explicativa, da qual prescindir seria um grande equívoco. Como asseveram Stamm e Staduto, “a mobilidade populacional dessa natureza apresenta valor estratégico nas transformações socioeconômicas e físicas do território” (2008, p. 131), por motivos os mais diversos, dentre os quais cabe destacar a responsabilidade a eles atribuída pela modificação provisória (ampliação/redução) do volume populacional dos municípios envolvidos (ARANHA, 2005, p. 96). Além disso, são indicadores interessantes de decadência ou de pujança econômica e explicitam relações entre lugares distintos, sendo frequentemente utilizados como parâmetro para a definição das dimensões de regiões funcionais e/ou metropolitanas pelos planejadores urbanos.

Aprofundando um pouco mais este tema, Aranha (2005, p. 96) nos apresenta algumas das principais características desses deslocamentos, tais como a grande diversidade dos seus motivos geradores (trabalho, estudos, compras, lazer, etc.) e o fato de refletirem, em geral, as desigualdades sócio-espaciais, a medida

que indicam, por meio da observação do sentido dos fluxos, as áreas mais e menos dinâmicas e melhor ou pior dotadas de certos equipamentos e serviços.

Destarte, diante de todo o exposto, podemos compreender com facilidade porque a mobilidade pendular tem chamado cada vez mais a atenção de pesquisadores e planejadores urbanos, e que se tornou uma realidade não mais prescindível para qualquer estudo populacional que se pretenda completo nas escalas urbana e regional.

Apesar da diversidade de motivos geradores dos movimentos pendulares salientada acima, nos ateremos especificamente aos movimentos pendulares com finalidade de realização de atividades de trabalho, buscando sua compreensão em um nível mais aprofundado, que seja capaz de revelar a relação entre capital, trabalho e espaço geográfico.

O geógrafo anglo-americano Neil Smith nos legou algumas pistas acerca desta relação nos indicando que “os limites geográficos da escala urbana (...) são determinados, em primeiro lugar, pelo mercado de trabalho local e pelos limites ao deslocamento diário para o trabalho” (1988, p. 198). Para Smith, a importância dos deslocamentos de trabalhadores para seu local de trabalho não é simplesmente uma questão física, pois o custo com o

deslocamento é um componente do valor da força de trabalho, de sorte que são os próprios limites geográficos do mercado de trabalho que expressam os limites da integração espacial na escala urbana.

Ora, devemos por extensão, concluir algo importante desta explanação: em se tratando de processos geográficos como o que aqui estudamos, os limites territoriais político-institucionais podem, com frequência, não expressar seus verdadeiros limites de ocorrência. Temos, portanto, que o conceito de movimento pendular - aqui adotado por finalidade prática - impõe como critério da ocorrência do fenômeno a relação trabalho-moradia entre municípios distintos, mas esta mesma relação pode ocorrer entre áreas periféricas e áreas centrais de um único tecido urbano inserido em um só município.

Após essas considerações, faz-se pertinente em primeiro lugar compreendermos os motivos que em uma análise mais profunda, explicam a ocorrência da pendularidade para o trabalho. Em outros termos, poderíamos formular uma pergunta inicial da seguinte maneira: o que faz com que homens e mulheres se sujeitem a duras rotinas de trabalho em locais distantes daqueles em que residem, sendo por isso penalizados ainda mais pela duração e pelo custo dos deslocamentos casa-trabalho? Uma segunda pergunta poderá ser

complementar a esta: por que muitas empresas dão preferência aos trabalhadores não residentes nos municípios em que estão instaladas? Façamos uma reflexão a esse respeito.

Em um primeiro nível analítico a resposta à primeira pergunta parece ser muito simples: os trabalhadores procuram ocupação em outros municípios por não as encontrarem naquele em que residem, ou mesmo em busca de melhores condições de trabalho e remuneração. Tal explicação não está errada, pois, em termos genéricos, são esses os fatores práticos que levam as pessoas a se inscreverem nas fileiras dos trabalhadores pendulares. Não obstante, é preciso notar que esta opção só se tornou possível por meio do gradual processo de desenvolvimento e melhoria dos meios e sistemas de transporte e seu conseqüente barateamento, como nos explicou Dupuy (1995, *apud* MOURA; CASTELLO BRANCO e FIRKOWSKI, 2005, p. 123), para quem este seria o principal fator responsável não somente pela ocorrência da pendularidade e de seu aumento, como também da ampliação dos trajetos percorridos pelos indivíduos.

Entretanto, se buscarmos transpor o que é aparente seremos arremetidos para além das escolhas individuais aos próprios motivos que causaram a premência experimentada pelos trabalhadores. Em outras palavras, os trabalhadores

(especialmente os que possuem baixa qualificação profissional) frequentemente são impelidos a buscar trabalho num local distante por conta das desigualdades de níveis de desenvolvimento territorial¹ presentes entre seu local de residência e locais mais distantes. É com base nessa relação de causalidade entre a mobilidade espacial dos trabalhadores e o desenvolvimento do território - considerado como processo essencialmente contraditório - que estruturaremos nossa argumentação².

Cabe aqui, um importante esclarecimento. Ao buscarmos na desigualdade essencial do processo de desenvolvimento do território³,

¹ Para atender aos objetivos deste ensaio, optamos por considerar o *desenvolvimento territorial* apenas enquanto processo de modernização capitalista dos territórios e de melhoria das condições de vida de sua população, não ignorando sob nenhuma hipótese a pluralidade semântica do termo em questão e seus aspectos perigosamente ideológicos. Sobre este assunto consultar o livro: “Dicionário do desenvolvimento” organizado por Wolfgang Sachs (2000).

² Fazemos notar que é preciso ter cuidado com esta sentença, distinguindo entre trabalhadores com maior grau de qualificação profissional, que muitas vezes optam por residir em municípios vizinhos visando maior conforto, comodidade e qualidade de vida, e a grande massa de trabalhadores com pouca ou nenhuma qualificação a que resta apenas a procura de ocupação onde ela se apresente possível. Sabemos ainda que há hoje uma parcela considerável das camadas média e alta da população urbana que reside em condomínios fechados de alto padrão nos arrabaldes de muitas cidades. Para compreendermos melhor estes fatos as questões do processo de urbanização difusa e da acessibilidade são fundamentais.

³ O conceito de *território* é aqui entendido como “uma mediação lógica distinta do conceito de

considerado sob este ângulo, distanciamos e diferenciamos nossa perspectiva de modo radical a dos estudos sobre o desenvolvimento espacial que seguiram o paradigma do desenvolvimento espacial promulgado pelos autores filiados à escola teórico-quantitativa de Geografia, que estabeleceu sua maior influência entre as décadas de 1950 e 1970.

Tendo como método o positivismo lógico balizado pelo raciocínio hipotético-dedutivo e apoderando-se dos princípios, teorias e modelos matemáticos dos economistas da corrente neoclássica, os estudiosos vinculados a esta vertente do pensamento Geográfico, embora não tenham negado a desigualdade do processo de desenvolvimento espacial, ou melhor, a existência de um processo de diferenciação do espaço geográfico, acreditavam que havia no espaço uma tendência natural ao estado de equilíbrio. O espaço geográfico nesta acepção é apenas uma construção teórica, sustentada pela idéia de espaço absoluto apresentada por Newton e incorporada à ciência geográfica inicialmente por Richard Hartshorne (CORRÊA, 1995, p. 19); um receptáculo que abriga uma espécie de planície ideal denominada “planície isotrópica”. Sobre esta planície, homogênea em todos os

sentidos, se desdobram às ações dos agentes econômicos, balizadas sumamente pelas leis inexoráveis do mercado e pela racionalidade imanente ao homem, num processo que tende sempre ao equilíbrio⁴. Vale a pena salientar que este pressuposto teórico-conceitual serviu como esteio às teorias e aos modelos espaciais apresentados em estudos clássicos como os de Von Thünen (teoria dos anéis concêntricos de uso da terra), Weber (teoria da localização industrial), Lösch (teoria do equilíbrio espacial) e Christaller (teoria dos lugares centrais). Exporemos e discutiremos alguns dos principais contornos destas teorias mais adiante.

Por hora poderíamos aferir que, do ponto de vista dos estudiosos vinculados a este paradigma, as ações substancialmente econômicas dos homens sobre o espaço – insistimos novamente, pautadas pelas leis do mercado e pelas premissas da racionalidade e da liberdade soberana dos homens – levariam a uma diferenciação espacial que encontraria, em certo momento, um harmônico estado de equilíbrio. Aos trabalhadores assim considerados, caberia tão somente encontrar sua inserção no mercado de trabalho, com base na demanda por trabalhadores em seu ou em outros municípios, em sua ou em outras regiões,

espaço” (EGLER, 1995, p. 215) que diz respeito, fundamentalmente a um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995, p. 78).

⁴ *Ibid.*, p. 20.

de acordo com suas possibilidades profissionais.

A mobilidade espacial do trabalho (em qualquer escala) seria, dessa forma, um fenômeno em grande medida resultante deste processo. Gomes (2009) expõe um parecer similar acerca dessa corrente neoclássica, a qual denomina “corrente do equilíbrio geral”, e dos autores da localização industrial, quando afirma que

Essas correntes pressupõem a existência de uma mobilidade perfeita do trabalho, defendendo que os trabalhadores têm capacidade de se deslocar por entre os espaços em busca de melhores condições de vida, que se traduzem em salários e rendas num nível mais elevado. Assim, a liberdade de escolha é atribuída ao trabalhador. Os neoclássicos admitem que os indivíduos comportam-se de maneira racional, podendo escolher entre alternativas de emprego e as melhores condições materiais de vida (GOMES, 2009, p. 38).

Assim, seriam essas as mesmas causas da mobilidade pendular de trabalhadores. O que objetivamos propor neste artigo, reiteramos, é uma concepção da pendularidade dos trabalhadores que se opõe radicalmente a esta e que tem como fundamentos, por um lado, não a mobilidade perfeita dos trabalhadores sobre o espaço, mas a mobilidade forçada, estranhada, uma condição elementar da acumulação do capital; e por outro, não o equilíbrio geral do desenvolvimento

espacial sob o capitalismo, mas o desequilíbrio e a contradição constantes, expressos pela desigualdade que gera, em última análise, a necessidade da mobilidade. Entretanto, a pedra de toque da nossa argumentação não está nessas duas premissas consideradas de modo isolado, mas na articulação entre elas.

Daremos seqüência a esse raciocínio apresentando os elementos que demarcarão e darão sustentação teórica a compreensão aqui defendida.

MOBILIDADE *PERFEITA* DO TRABALHO E MOBILIDADE DO TRABALHO *PARA O CAPITAL*

Esforçando-se por oferecer um conceito de mobilidade do trabalho que fosse diametralmente oposto aquele defendido pelos economistas neoclássicos, o Francês Jean-Paul de Gaudemar foi buscar na obra-prima de Marx (*O capital*) e também em Rosa Luxemburgo e Lenin - nos mais proeminentes teóricos marxistas - os verdadeiros significados desse fenômeno sob a égide do sistema do capital. O empenho de Gaudemar resultou num excelente livro sobre a questão, intitulado “Mobilidade do trabalho e acumulação do capital” (1977), considerado referência obrigatória para qualquer trabalho que pretenda explorar a

articulação – historicamente escamoteada - entre os dois fenômenos presentes no próprio título de sua obra.

O alicerce da significação da mobilidade do trabalho defendida pelo autor foi originalmente construído por meio do esforço sistemático e exaustivo de Marx em desmistificar as ideias apresentadas pelos economistas clássicos ingleses, predominantes a sua época, “de um homem livre e soberano, egoísta e promotor do progresso de uma humanidade compreendida abstratamente” (GAUDEMAR, 1977, p. 40). Movido por este afã, Marx buscou demonstrar de que maneira o homem moderno é subsumido pela estrutura de dominação do sistema do capital, que o reifica, transformando-o em mercadoria, como o faz com tudo o mais. Isso decorre especificamente do fato de lhe serem retiradas todas as possibilidades materiais de existência, exceto a da venda de sua força de trabalho como modo de inserir-se no sistema do capital.

Em sua obra, Gaudemar (1977) segue a mesma metodologia analítica de Marx (sua referência central), partindo de uma revisão crítica das teorias dos principais autores da economia clássica e neoclássica, objetivando chegar à formulação das antíteses necessárias para o estabelecimento de uma teoria marxista da mobilidade do trabalho. Em seu itinerário, encontra os fundamentos da acepção

liberal da mobilidade na obra de Ricardo, cujas ideias são utilizadas posteriormente por Walras, que por sua vez formula os axiomas e princípios básicos que servem de esteio para autores consagrados como Pareto, Von Thünen, Weber, Deninsson e Lösch, também esquadrihados pelo autor.

Devido à amplitude de suas ponderações acerca dessas formulações teóricas, nos restringiremos a apresentar apenas algumas de suas considerações de caráter mais geral. Em primeiro lugar, é possível notar que dentro da moldura liberal, a

(...) mobilidade é imediatamente mobilidade de ajustamento, pois que é o efeito de um comportamento do trabalho que satisfaz as exigências dessa boa proporcionalidade. (...) Sendo mobilidade dos homens, ela portanto é mobilidade de capitais através do espaço e do tempo econômicos (migrações, formações profissionais...) (GAUDEMAR, 1977, p. 114).

Segundo o autor, o elemento que confere unidade a corrente neoclássica é a recusa à diferença, ao heterogêneo e ao desequilíbrio no tocante ao espaço e sua organização. Ela parte de uma representação irreal do espaço sobre a qual se elaborou uma compreensão da mobilidade que não pode ser constatada empiricamente. Tal façanha só foi alcançada e levada tão adiante porque, como havia indicado o próprio Walras –

seu grande precursor - antes mesmo de principiar sua análise, buscou produzir uma

formalização matemática da teoria econômica, próxima de uma verdadeira axiomática, isto é, de um sistema em que, a partir de proposições não demonstradas (...) são apresentados diferentes resultados como teoremas, rejeitando qualquer afirmação não saída dos axiomas e se possível todo o recurso a um julgamento subjetivo tirado da experiência sensível (WALRAS, 1953, p. 159 *apud* GAUDEMAR, 1977, p. 103).

Perante tão clara exposição, Gaudemar é enfático em seu julgamento afirmando que “não se corrige a axiomática neoclássica. Aceita-se ou recusa-se”⁵. Ele escolheu a segunda opção.

Se de um lado a via ricardiana na qual se funda toda a interpretação axiomática neoclássica, fez suplantiar as leis institucionais pelas leis naturais, colocando a liberdade dos indivíduos como princípio e a mobilidade perfeita enquanto trabalhadores como consequência, de outro, o caminho inaugurado por Adam Smith, ao partir das teses sobre o papel do trabalho, levaria a compreensão de sua sujeição ao capital desenvolvida no seio do materialismo histórico e dialético. Uma vez mais recorreremos à síntese como modo

de exposição correndo, todavia, o risco de simplificar as idéias de Gaudemar.

Apesar do conceito específico de mobilidade do trabalho nunca ter sido desenvolvido de maneira explícita por Marx e da nebulosidade em que comparece na teoria marxista em geral, segundo Gaudemar, é possível afirmarmos que se trata de um conceito fundamental, capaz de desvendar a verdade escamoteada pelo capital, em vistas “da sua capacidade de dar conta teoricamente de todas as formas de existência do trabalho (...) como mercadoria, ou ainda do uso capitalista do trabalho (...) É o conceito daquilo que dá ao trabalho o seu valor de uso para o capital” (1977, p. 403).

Marx, ao contrário dos clássicos e neoclássicos, parte de uma perspectiva histórica e da observação da realidade concreta para chegar à extrusão do papel do trabalho humano nas engrenagens do sistema do capital, e não de axiomas não demonstráveis. Podemos dizer que Marx encontra uma pista fundamental nesse processo, quando separa o homem em si (trabalhador) do seu trabalho, ou da sua capacidade de trabalhar, a que chamou de *força de trabalho*. É exatamente esta distinção que o faz notar que no regime de trabalho assalariado característico do capitalismo, ao contrário de outros modos de produção, o trabalhador está dissociado da sua condição de aprisionamento ou fixidez,

⁵ *Ibid.*, p. 176.

como ocorre em um regime de escravidão ou servidão, possuindo uma “liberdade relativa” de venda de sua capacidade de trabalhar – sua força de trabalho – nesta ou naquela empresa, neste ou naquele mercado de trabalho.

É a esta característica do trabalhador submetido ao capital que Gaudemar chamará de mobilidade do trabalho, definindo-a mais precisamente como “a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se as variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior”⁶. Esta capacidade, contudo, não é entendida

no sentido apologético que a teoria clássica reconheceu, do homem inteiramente livre do seu destino, ator de sua própria história, mas no sentido das contrariedades que lhe são impostas por esta procura de emprego (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Não obstante a teoria marxiana concordar com a tese de Walras no que se refere ao fato de o trabalho ser uma mercadoria sob o capitalismo contrapõe-se diametralmente a ela ao encontrar no capital, e não no homem livre e racional, a determinação de sua mobilidade. Para Marx, salienta Gaudemar, “a acumulação do capital determina (...) tanto a procura

como a oferta de trabalho”⁷, sendo sua mobilidade uma pré-condição para a existência e o funcionamento deste processo. Ora, as evidências disso são muitas e estão em toda a parte na obra de Gaudemar, para quem a mobilidade possibilita um alargamento da base capitalista de produção, uma vez que proporciona um capital variável adicional na composição orgânica do capital e o conseqüente aumento da taxa de mais-valia, permitindo ainda contrariar *permanentemente a [lei da] baixa tendencial da taxa de lucro*⁸, tão cara a teoria marxista. Acerca desse último ponto, cabe-nos explicitar que para Gaudemar, a esta lei, caberia como par dialético uma segunda, “*a lei de perfeição tendencial de mobilidade do trabalho*, um de seus mais poderosos antídotos”⁹, visto que,

todo o desenvolvimento da produtividade do trabalho requeria o exercício da mobilidade o mais perfeita possível da força de trabalho, tanto no tempo como em todas as figuras do espaço econômico capitalista” (GAUDEMAR, 1977, p. 330).

Uma informação importante sobre a análise marxista da mobilidade do trabalho é que ela nos oferece um conceito mais amplo e multidimensional de mobilidade, diferentemente daquela que é produto da

⁷ *Ibid.*, p. 228.

⁸ *Ibid.*, p. 336; grifo do autor.

⁹ *Ibid.*, p. 339.

⁶ *Ibid.*, p. 194.

filiação clássica ou neoclássica, que a restringe a mera condição de deslocamento físico-espacial dos trabalhadores. Nela podemos distinguir entre três faces da mobilidade, que podem ocorrer em momentos distintos ou simultâneos. São elas: a mobilidade setorial, a mobilidade profissional e, por fim, a própria mobilidade espacial.

Por *mobilidade setorial*, podemos compreender um tipo específico de controle imposto pelo capital no interior do ambiente de trabalho, que o permite fazer uso da força de trabalho como bem lhe aprouver, tendo como limites apenas as normas institucionais vigentes.

A *mobilidade profissional*, por sua vez, pode ser definida como a crescente imposição da qualificação da força de trabalho ou mesmo da mudança do tipo de atividade profissional exercido pelos trabalhadores em virtude das ingerências do capital.

Por fim, podemos apresentar à parte do conceito de Gaudemar que possui interesse especial neste artigo: a *mobilidade espacial*. Esta dimensão da mobilidade do trabalho consiste em um processo imposto pelo capital visando sua reprodução e que se manifesta concretamente por meio da produção e do controle de fluxos migratórios. O processo ocorre a medida que “trabalhadores potenciais são atraídos por novas oportunidades de emprego,

impostas pelas condições inerentes à sobrevivência, precisando vender força de trabalho”, como muito bem nos indicou Gomes (2009, p. 41).

Neste ponto, mais uma vez deveremos nos reportar a uma passagem do texto de Gaudemar, onde assevera que

Esta circulação da força de trabalho que determina a sua possibilidade de presença no mercado de trabalho é facilitada pelo maior ou menor desenvolvimento dos meios de transporte: quanto mais densa e rápida é a rede de comunicações cidade-campo, de região a região, de país a país, mais facilmente a mão-de-obra estará disponível. A este respeito, os serviços públicos tomam a seu cargo grande parte dos custos das migrações (GAUDEMAR, 1977, p. 323).

E conclui sua assertiva afirmando ser este o motivo que permite ao capital “fazer as suas provisões de força de trabalho em mercados muito afastados, cada vez mais afastados (...) É aí que se constituem as verdadeiras reservas de mão-de-obra do capital”¹⁰.

Para concluir esse tópico, gostaríamos de fazer notar que ao desenvolver sua análise e realizar tal ampliação das observações marxianas, Gaudemar parece circunscrever dentro do conceito de mobilidade espacial do trabalho apenas os movimentos migratórios, ou seja, aqueles no qual há a mudança do local de

¹⁰ *Ibid., Ibidem.*

residência dos indivíduos. Aqui, pretendemos estendê-lo e aplicá-lo também aos movimentos cotidianos, diários e intermunicipais de trabalhadores, aos movimentos pendulares.

Vimos que a compreensão de mobilidade perfeita do trabalho defendida pelos neoclássicos está sustentada em uma acepção própria do espaço econômico e de seus processos constitutivos, que o pretende tendencialmente equilibrado e homogêneo. Vejamos agora outra acepção deste mesmo espaço e de seus processos constitutivos, que se articula com a tese da mobilidade do trabalho defendida por Gaudemar, aplicando-a a escala local e ao próprio fenômeno da pendularidade.

A DIALÉTICA DO DESENVOLVIMENTO ESPACIAL

A expressão “desenvolvimento desigual” já era largamente utilizada por Marx ainda no século XIX e posteriormente também por Lênin com um sentido semelhante (BOTTOMORE, 1988 p. 98-99). Para eles, tal conceito estava associado aos ritmos diferenciados de desenvolvimento das sociedades, países e nações, fazendo com que, em certos casos, os que começam com uma vantagem sobre os outros, podem incrementá-la ao passo que em outros

casos, por força desta mesma diferença nos ritmos de desenvolvimento, aqueles que haviam ficado para trás, podem alcançar e até mesmo ultrapassar os que dispunham de vantagem inicial. A explicação para tal diferença nos ritmos de desenvolvimento encontra-se na possibilidade de utilização de técnicas de produção e/ou organização do trabalho diferenciadas, o que ditará a produtividade e subseqüentemente o ritmo de acumulação de capital da sociedade, nação ou país¹¹.

Lênin (1990) valeu-se também desse conceito para analisar a fase imperialista do capitalismo que culminou com a primeira grande guerra mundial e os grandes rearranjos geopolíticos por ela engendrados¹². Contudo, se procurarmos um enfoque especial na questão da desigualdade do desenvolvimento, o encontraremos na obra de Leon Trotsky (1967) que se debruçou sobre ela muito além de seus predecessores teóricos, num trabalho de circunspeção que o levou a propor um complemento ao conceito de desenvolvimento desigual, acrescentando-lhe o caráter de combinação e imprimindo-lhe assim um novo sentido, tendo por base observações do desenvolvimento da Rússia do início do século XX. Desenvolvendo sua argumentação, nos explica o autor que

¹¹ *Ibid., Ibidem.*

¹² Ver sua obra: “*Imperialismo: fase final do capitalismo*”.

a desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Dessa lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de *Lei do desenvolvimento combinado*, que significa aproximação das diversas etapas, combinação de fases diferenciadas, amalgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1967, p. 25).

Ainda que Trotsky esteja aplicando sua compreensão analítica às relações que ocorrem no âmbito da economia internacional, ela não deve ser restringida a condição de resultado, tão somente, das observações empíricas. Ela também o é, mas é muito mais do que isso. Trata-se de um raciocínio que tem por base os princípios da própria filosofia materialista histórica e dialética. A formulação de Trotsky expressa particularmente uma das leis da dialética, a da “interpenetração de contrários (CORRÊA, 1986, p. 42)” ou ainda, da “unidade dos contrários” como chamou Henri Lefebvre ao dissertar sobre a lógica dialética (LEFEBVRE, 1991, p. 238). Para Lefebvre, “a contradição dialética é uma inclusão (plena, concreta) dos contraditórios um no outro (...)”¹³, e cabe ao método dialético “captar a ligação, a unidade, o movimento que engendra os

contraditórios, que os opõe, que faz com que se *choquem, que os quebra ou os supera*”¹⁴.

A incorporação crescente do materialismo histórico e dialético enquanto método às ciências sociais, sobretudo a partir da década de 1960, levou os geógrafos a também lançarem olhares por meio dele à realidade partindo de seu ponto de vista peculiar. No cerne dessas análises e dos debates delas resultantes figurava um espaço geográfico ontológico, ou seja, um ente¹⁵ componente do real concreto, e não mais um espaço abstrato como defendiam os bastiões da Geografia teórico-quantitativa. Deste modo, seguindo os pressupostos do materialismo histórico e dialético somos levados a concluir que o espaço geográfico está sujeito às leis indicadas acima, que definem seu processo constante de (re)construção e (re)ordenamento.

Suertegaray sintetiza esta revolução da concepção de desenvolvimento espacial de modo bastante interessante para nossas finalidades, explicando que “a construção do conceito de *espaço geográfico*”¹⁶ implica trabalharmos outras duas categorias: tempo e espaço” (2000, s/p), que se manifestaram-se de maneiras diferenciadas ao longo da história do pensamento

¹⁴ Grifo do autor.

¹⁵ Na definição filosófica: aquilo que existe ou julgamos existir.

¹⁶ Grifo nosso. Note-se a diferenciação proposital entre a categoria *espaço*, mais abrangente, e o conceito de *espaço geográfico*, uma de suas especificações.

¹³ *Ibid.*, p. 238.

geográfico. A autora segue indicando a influência determinante da noção de tempo dos geógrafos em sua compreensão do espaço e de sua evolução, utilizando para tanto, três representações distintas e sucessivas desta categoria: como seta; como ciclo e como espiral. Em seus primórdios, a Geografia, influenciada principalmente pelo pensamento Kantiano, assumiu uma perspectiva do tempo “seqüencial, linear, como sucessão de fatos no espaço” (...), “uma visão do tempo como seta-evolução”¹⁷. Posteriormente, em outra acepção, o tempo passou a ser analisado de modo cíclico, ou seja, como fatos sucessivos que se dão sobre o espaço e que voltam sempre ao ponto inicial, sendo que “o tempo, nesta perspectiva, evoca a idéia de uma dinâmica estável, um movimento que se repete”¹⁸, chegando finalmente a concepção da escola radical ou crítica, que rompe com essas acepções de tempo e, por conseguinte, do próprio espaço, passando a concebê-lo como espiral. Deste modo, seguindo as indicações da autora,

o tempo é entendido como seta e ciclo, ou seja, o espaço geográfico se forma (no sentido de formação, origem) e se organiza (no sentido de funcionalidade), projetando-se como determinação ou como possibilidade. Esta projeção se faz por avanços (seta) e retornos (ciclo) (SUERTEGARAY,

2000, s/p).

Pode-se então considerar as diferenciações resultantes da presença de fenômenos originados em tempos históricos diferentes coexistindo no tempo presente e no espaço, como explicou Corrêa (1986, p. 42), para quem a lei dialética da interpenetração dos contrários exposta acima possui uma dimensão espacial que se verifica através do processo de diferenciação de áreas, qual seja, de regionalização.

Ora, é importante notar que a diferença entre áreas e o processo de diferenciação foi desde sempre uma característica inerente ao espaço geográfico, aqui entendido como um mosaico que é produto das ações humanas sobre o meio natural (ou primeira natureza) e simultaneamente condição para essas ações; resultante de múltiplas determinações e, concomitantemente, em si mesmo, um conjunto de fatores determinantes – mas sujeitos às contingências as mais diversas – de toda e qualquer atividade humana.

A esse respeito, são pertinentes as palavras de Santos (1996, p. 131-132), em sua explanação acerca dos dois processos distintos de diferenciação espacial: o de *diversificação da natureza* e o de *divisão do trabalho*. O primeiro processo diz respeito ao infinito conjunto de transformações pelas quais sempre passou a natureza, a

¹⁷ *Ibid.*, *Ibidem*.

¹⁸ *Ibid.*, *Ibidem*.

princípio independentemente das ações humanas, e que até certo momento, podemos por assim dizer, foi o fator determinante do processo engendrado pela divisão do trabalho, que a ele estava subordinado. O autor enxerga na evolução e no aperfeiçoamento das técnicas e das próteses humanas o ponto de inflexão neste cenário, porque possibilita o aumento do poder de intervenção do homem sobre a natureza, fazendo com que a divisão territorial do trabalho passasse a reger o processo de diferenciação espacial.

Assim, a divisão do trabalho deve ser vista como uma chave fundamental para a explicação da distribuição sobre a terra, dos homens e de suas atividades e, por conseguinte, da diferenciação do espaço geográfico, bem como o são as condições preexistentes que incluem o espaço construído. Antes de seguirmos, é necessário fazermos uma breve distinção entre a divisão do trabalho antes do capitalismo e neste modo de produção.

Lançando uma visão panorâmica sobre o passado perceberemos que no interior de todos os modos de produção anteriores ao capitalismo existiu uma divisão social, técnica e territorial do trabalho. Porém, em nenhum deles um processo de acentuação desta divisão *ad infinitum* pôde ser constatado como o existente no capitalismo. Em modos de produção anteriores havia uma divisão do

trabalho muito mais simples, tendo em vista que um mesmo indivíduo concentrava diversas tarefas, o que levava a um elevado grau de auto-suficiência (MÉSZÁROS, 1995, p. 45). Sob o sistema metabólico do capital¹⁹, há a potencialização da compartimentação do processo produtivo e da divisão do trabalho, provocada, por um lado, pela livre concorrência entre capitalistas individuais – e a constante necessidade de aumento da produtividade e redução dos custos de produção – e, por outro, pelas necessidades de expansão do valor de troca das mercadorias e de alienação do trabalho impostas pelo capital.

O processo constantemente ampliado de divisão do trabalho em suas múltiplas dimensões é, portanto, paralelo indispensável da reprodução ampliada do capital. Em análise a este mesmo fenômeno, Mézáros (2003) observa que ocorre simultaneamente em duas dimensões conjugadas dentro do sistema do capital. Para o autor, a divisão do trabalho possui uma face horizontal, funcional e potencialmente libertadora e outra vertical, desumanizante, reificante e alienante. Poderíamos acrescentar que a primeira reflete os benefícios da própria racionalidade contida na divisão do trabalho para a ampliação da produtividade

¹⁹ Empregamos aqui a terminologia própria de Mézáros (1995).

do trabalho humano, ao passo que a segunda, diz respeito às estruturas de comando constituídas pela divisão vertical/hierárquica do trabalho em proveito mesmo dos interesses vitais do sistema “assegurando a expansão contínua da extração do sobretrabalho baseada na exploração máxima praticável da totalidade do trabalho” (MÉSZÁROS, 2003, p. 18).

Se como vimos, por um lado a divisão do trabalho deve ser considerada como chave explicativa fundamental quando tratamos de diferenciação do espaço geográfico, e por outro, ela ocorre de modo peculiar sob o sistema do capital, assumindo o status de condição básica para a sua manutenção e expansão, podemos concluir que a questão do desenvolvimento do espaço sob o capitalismo refletirá esta relação, por meio do padrão de desenvolvimento desigual, sobre o qual discorreremos tendo por base o trabalho de Smith (1988).

Tal autor dissertou com grande desenvoltura acerca desse tema em um monumental esforço teórico, lançando uma bem fundamentada teoria do desenvolvimento espacial desigual e indo ainda além do que já se havia afirmado, sugerindo, pois, que a desigualdade espacial é a característica central e peculiar da geografia do capitalismo enquanto modo de produção no qual a lei do desenvolvimento desigual constitui um

verdadeiro padrão de desenvolvimento. A desigualdade, segundo esta perspectiva, é funcional a acumulação do capital não podendo jamais ser superada em sua totalidade. Estas últimas proposições são de interesse basilar para os objetivos deste artigo.

Entretanto, apenas afirmar que no modo de produção capitalista, o espaço é produzido de forma desigual e que esta desigualdade cumpre uma função vital, uma vez que se encontra funcionalmente combinada, não é suficiente pra adentrar a complexidade do tema. Continuemos, portanto, a observar a explanação de Smith.

Primeiramente, é preciso saber que o desenvolvimento desigual do espaço não é uma especificidade do modo de produção capitalista, já que também nos modos de produção anteriores desde a antiguidade a desigualdade é uma constante inegável, como salientado em momento anterior. O que a diferencia das demais dentro do capitalismo é que, neste, o “fator” espacial é um dos mais importantes, como uma espécie de *Conditio sine qua non* para sua efetivação. Como afirmou o referido autor: “a Geografia do capitalismo é mais sistemática e completamente uma parte integral do modo de produção, mais do que ocorreu com qualquer modo de produção anterior” (SMITH, 1988, p. 151).

Fazemos lembrar que as constatações

e análises indicativas deste padrão desigual de desenvolvimento espacial não se restringem somente ao trabalho de Smith, mas estão presentes na obra de todos aqueles que se filiaram a uma Geografia comprometida com a desmistificação da tendência à igualdade e homogeneização do espaço sob a égide funesta do capital.

Santos (1996, p. 42), por exemplo, analisando a difusão do que denominou *meio técnico-científico-informacional* – a “cara geográfica da globalização” – faz uma importante constatação que vai ao encontro desta afirmação. Ele indica que este meio espacial específico se difunde de forma heterogênea e desigual, por que as próprias técnicas se difundem de maneira desigual sobre o espaço, sincrônica (na escala temporal) e diacronicamente (na escala espacial). Portanto, há em qualquer momento a convivência de subsistemas técnicos diferentemente datados.

Deste modo, para o autor, em cada formação sócio-espacial, ou seja, nas formas peculiares assumidas pelos modos de produção social e espacialmente, “os diversos tempos concorrentes trabalham conjuntamente e todos recobram sua completa significação a partir desse funcionamento e dessa existência conjunta”²⁰.

Moreira leva a questão para o bojo do sistema do capital, que comporta a

contradição insuperável entre o capital e o trabalho. Do seu ponto de vista, é no modo como essa contradição se materializa em forças produtivas que se encontra a raiz do desenvolvimento desigual. Ainda segundo esse mesmo autor “o ritmo desse desenvolvimento de conjunto será desigual para cada fração do capital e, em decorrência, para cada fração de estrutura espacial nascida da territorialização do movimento de conjunto, seja uma formação econômico-social ou regiões internas a ela” (1984, p. 18).

Para entendermos por que, e de que forma se dá este processo, voltemos à tese de Smith, e sigamos o seu raciocínio. No capitalismo, a produção do espaço, ao contrário do que se poderia esperar partindo dos resultados de uma análise pouco profunda, se dá a partir de duas tendências em essência contraditórias: a *tendência a diferenciação* e a *tendência a igualização*.

Para compreendermos a tendência à diferenciação devemos primeiramente entender que a desigualdade espacial é, em suma, fruto da divisão territorial do trabalho, que é tanto mais complexa, quanto mais desenvolvidos estão os estágios do capitalismo em um determinado território. Contudo, essa divisão territorial do trabalho não existe por si mesma, pois é um reflexo de outro tipo de divisão: a divisão social do

²⁰ *Ibid.*, p. 136.

trabalho. Assim sendo, “a divisão espacial ou territorial do trabalho não é um processo separado, mas está implícito, desde o início, no conceito de divisão do trabalho”²¹.

Em sentido oposto, a segunda tendência apresentada, a de igualização, decorre principalmente da necessidade constante de incorporação tecnológica às forças produtivas, especialmente ao capital fixo, por conta da incessante concorrência à qual estão sujeitas as parcelas de capital distribuídas nos mais diversos setores de modo que, o próprio mercado promove um nivelamento do capital, de tal forma que proporcione condições igualitárias de exploração da força de trabalho. De forma semelhante, a própria força de trabalho é forçada a igualar-se, por baixo, até o ponto de suprimir as diferenças individuais, bem como os recursos naturais, tornados igualmente escassos pela dilapidação engendrada pelo capital²².

Devemos destacar ainda que, paralela a estas duas tendências, encontra-se uma terceira, igualmente importante, sem a qual o capitalismo ficaria circunscrito a determinados espaços. Referimo-nos a *tendência universalizante do capital*, gerada pela necessidade constante de sua expansão até os limites do globo terrestre e das estruturas sociais (MÉSZÁROS *apud*

ANTUNES, 1999, p. 20-25; BIHR, 1998, p. 144); uma característica igualmente peculiar do modo de produção capitalista.

Podemos depreender com base nisto que em nossos dias, dado o estágio do processo de globalização e conseqüentemente, a ubiquidade relativa das relações capitalistas nos quatro quadrantes do mundo, o fenômeno da desigualdade do desenvolvimento se apresenta em formato multiescalar, ou seja, pode ser observado em qualquer escala geográfica, desde a global até a local.

Assim sendo, quando a abrangência de nossa análise é a escala global, o que a nós se apresenta é a nítida distinção entre os países ricos (ou desenvolvidos) do hemisfério norte e os países pobres (ou subdesenvolvidos) do hemisfério sul. O mesmo ocorre quando nosso olhar encontra-se voltado para os territórios dos blocos regionais ou dos Estados-nacionais, onde notamos a desigualdade entre regiões internas, entre municípios que compõem uma mesma região e finalmente, entre os setores internos de uma cidade.

Há, portanto, por todo lado a convivência entre espaços dinâmicos e prósperos e espaços decadentes e precários, do ponto de vista da modernização capitalista. Porém, a desigualdade espacial gerada pelo padrão de desenvolvimento desigual, que como fizemos perceber, pode ser apreendida em

²¹ *Ibid.*, p. 152.

²² *Ibid.*, p. 170-171.

qualquer escala geográfica, não é estática, mas sim produto de um processo dinâmico de transformação que altera a configuração do todo a cada momento.

Deste modo acreditamos ter fornecido o instrumental teórico necessário para uma compreensão mais profunda da desigualdade espacial que, como afirmamos, está na base da grande maioria dos movimentos pendulares de trabalhadores, especialmente aqueles que se submetem a baixas remunerações em posto de trabalho que não exigem muita qualificação profissional²³. Passemos finalmente a uma propositura teórico-conceitual adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM BUSCA DE UM NOVO CONCEITO

Como vimos, diferentemente do que supunham as teses de cunho neoclássico, a mobilidade espacial da grande maioria dos trabalhadores não é uma mobilidade perfeita, não é fruto de um espaço geográfico que tende ao equilíbrio e a homogeneidade e não decorre da liberdade e da pretensa racionalidade dos indivíduos. De fato, trata-se muito mais de uma mobilidade contraditória, produzida por um espaço em constante processo de

desenvolvimento desigual e combinado, que força os trabalhadores a se adequarem aos ditames da estrutura totalizante do capital e de sua frenética busca por acumulação.

Com efeito, há uma relação que não deve ser desprezada entre os deslocamentos de trabalhadores e as diferenças entre níveis de desenvolvimento de diferentes territórios, entre a mobilidade do trabalho e o desenvolvimento do espaço geográfico, que a princípio aparentam ser processos segmentados. Esta relação foi revelada, embora muitas vezes ainda de maneira implícita, nos escritos marxistas e ganhou mais luz na obra de Gaudemar. Contudo, nesses estudos não há menção específica alguma aos movimentos cotidianos de trabalhadores, mas sim as migrações, deslocamentos em maior escala de abrangência e com caráter definitivo.

De posse dessas proposições teóricas e com base em nossas reflexões podemos concluir que este mesmo conjunto de fenômenos processuais se apresenta na escala local (intra e interurbana), integrando e delimitando um espaço de primazia da acumulação, um espaço dialético de afirmação e negação simultânea. A esta configuração espacial chamaremos de *célula espacial de acumulação*, entendida como uma unidade espacial que em geral apresenta pequena ou média

²³ Este fato foi constatado empiricamente em nosso trabalho monográfico, citado em nota no início do artigo.

grandeza, na qual estão articuladas as dinâmicas de mobilidade espacial do trabalho e de reprodução ampliada do capital, combinadas no espaço por seu padrão desigual de desenvolvimento. Trata-se de um arranjo espacial produzido pelo capital em sua busca por acumulação.

Tais unidades podem ser observadas em toda parte e sua manifestação mais concreta encontra-se na ocorrência dos movimentos (pendulares) de trabalhadores²⁴ entre áreas díspares mais e menos desenvolvidas, respectivamente de repulsão e atração de trabalhadores. Nas áreas menos dinâmicas da célula há o acúmulo de um estoque de força de trabalho excedente que tenciona o nível salarial médio para baixo nas áreas mais dinâmicas, de modo que o capital total (representado pelas inúmeras empresas dos diversos setores econômicos) concentrado nos centros dinâmicos pode reduzir a parcela do capital variável (remuneração da força de trabalho) na composição orgânica do capital, aumentando sempre em níveis crescentes a do capital constante.

Na prática tal procedimento conduz a cristalização de um gradiente de valor do solo que se expressa por seu encarecimento nas áreas em que se concentra o capital e desvalorização nas

áreas mais distantes, preferencialmente residenciais, fazendo com que haja a ampliação paulatina das distancias entre o local de trabalho e moradia e a anulação da possibilidade de sua aproximação.

Quanto mais bem aparelhada com redes e sistemas de transporte eficazes e densamente distribuídos, cobrindo toda a área da célula, melhor se dará o seu funcionamento, consoante ao explicado por Gaudemar (1977, p. 323) a respeito da relação entre os transportes e as provisões de mão-de-obra provenientes de lugares distantes a disposição do capital, anteriormente explicitada.

Obviamente, porquanto os limites da escala urbana são definidos pelos deslocamentos diários de trabalhadores, como encontramos em Smith (1988, p. 198), os limites da célula espacial de acumulação serão igualmente definidos por estes deslocamentos, haja visto que o custo dos deslocamentos representa parte do valor da força de trabalho, que só será arcada pelo capital enquanto não anular a redução salarial indicada, quando não são transferidos por este motivo ao próprio trabalhador, duplamente penalizado pelo aumento do tempo de sua rotina de trabalho e pela corrosão de parte importante de sua remuneração.

Assim, acreditamos que o conceito apresentado expressa, em uma escala de ocorrência específica, a dimensão espacial

²⁴ Observe-se que utilizamos o termo entre parênteses a fim de não limitarmos a abrangência do conceito aos movimentos pendulares, estendendo-o também a deslocamentos intra-urbanos bastante recorrentes.

da contradição essencial e imanente entre o capital e o trabalho. O desenvolvimento desigual do território é condição para a mobilidade espacial do trabalho (afirmação do capital) e elemento limitante para sua expansão (negação do capital).

Concluiremos o texto reconhecendo a existência de possíveis lacunas e limites teórico-conceituais a leitura dos fenômenos aqui apresentados e sua concatenação e reiterando que esse ensaio é apenas uma tentativa de esboçar elementos para que doravante, se busque debatê-los e aperfeiçoá-los. Quais seriam tais lacunas e limites? Em que medida as células espaciais de acumulação são ubíquas e até que ponto a empiria nos contradiz? Quais são as possibilidades de compreensão dos movimentos pendulares realizados pela própria burguesia ou por trabalhadores com alta remuneração que optam por moradias mais distantes de seus empreendimentos ou locais de trabalho?

Eis algumas perguntas que carecem de respostas.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARANHA, V. **Mobilidade pendular na metrópole paulista**. Revista São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Vol. 19 no. 4, p. 96-109, out/dez, 2005.

BIHR, A. **Da grande noite a alternativa**: o movimento operário europeu em crise. Tradução: Wanda Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 1998.

BOTTOMORE, T. (org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução: Waltersir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CARVALHO, J.A.M. de; RIGOTTI, J.I.R. **Análise das metodologias de mensuração das migrações**. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO. Anais... Curitiba: Iparde: FNUAP, 1998. p. 211-227.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1986. (série princípios nº 53).

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

EGLER, C. A. G. Questão regional e gestão do território no Brasil. In. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução: Maria de Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GOMES, F. G. **Mobilidade do trabalho e controle social: trabalho e organizações na era neoliberal**. Revista Sociologia Política, Curitiba, vol.17, n.32, p. 33-49, fevereiro. 2009.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LENIN, V. L. **O imperialismo: fase final do capitalismo**. São Paulo: Mandacaru,

1990.

MARANDOLA JR. E. **Os novos significados da mobilidade.** Revista brasileira de estudos populacionais, São Paulo, vol.25 no.1, p. 199-200, Janeiro/Junho, 2008.

MÉSZÁROS, I. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 1995.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2003.

MOREIRA, R. **Movimento operário e questão cidade-campo no Brasil.** Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____. **Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho.** Revista Ciência Geográfica. vol. II, nº 16, ano VI, p. 04-08 Bauru: AGB, 2000.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. **Movimento pendular e perspectiva de pesquisa em aglomerados urbanos.** São Paulo em perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

SACHS, W. (Org). **Dicionário do desenvolvimento.** Petrópolis: vozes, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: HUCITEC,

1994.

_____. **A natureza do espaço: Técnica, tempo e razão.** São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual.** Trad. Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In. CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C; CORRÊA, R. L. **Geografia: conceitos e temas.** 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. **Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná.** Revista brasileira de Estudos da População, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 131-149, jan./jun. 2008

SUERTEGARAY, D. M. A. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** Revista electrónica de goeografía y ciências sociales, Barcelona, nº 93, 2001.

(disponível em: <http://www.raco.cat/index.php/scriptanova/article/view/55379/64465>)

TROTSKY, L. D. **A história da revolução russa.** Rio de Janeiro: Saga, 1967.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/07MARINI1102.pdf>>. Acesso em: __.__. 20__.